ABORDAGEM HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO POPULAR: REFLEXÕES EM TORNO DO PENSAMENTO FREIREANO

Atailson Silva - UFAC[1]

1. Introdução

A educação é vista por muitos como reprodutora das ideologias dominantes, visando à formação de alunos passivos, alienados, que apenas recebem os conteúdos impostos de forma mecânica sem reflexão e criticidade. Esse formato de educação é baseado no ensino tradicional e conservador, em que o professor é o principal sujeito, e o aluno é tido como objeto do processo de ensino, não cabendo a ele participar e intervir no seu próprio desenvolvimento educativo. Sendo assim, este artigo visa apresentar a trajetória histórica da educação popular, conceituando a partir da visão de autores utilizados no referencial deste estudo, enfatizando principalmente no pensamento de Paulo Freire, cujas obras são direcionadas a defesa de uma educação para o povo.

Em contrapartida, surge a necessidade de pensar em uma educação que seja contra esses ideais capitalistas, educação essa que proporcione aos educadores e educandos o ato de refletir sobre sua realidade, e por meio destas reflexões poder agir sobre ela. Nesse contexto, nasce a educação popular, objetivando um ensino voltado para o povo, e que tenha relações construídas a partir de suas experiências cotidianas. Segundo Maciel (2011, p. 3), "falar em Educação Popular é falar impreterivelmente do legado do Educador Paulo Freire (1921-1997) que trouxe importantes reflexões sobre os sujeitos postos à margem da sociedade do capital ". Desse modo, no período de 1945 houveram grandes transformações no que se refere a economia do Brasil, cresce a demanda de mão de obra nas indústrias, surgindo a necessidade de alfabetizar as camadas populares para que estas pudessem contribuir no processo de desenvolvimento do país.

Nesse contexto, é criada a educação de jovens e adultos, conceituada por Maciel (2011, p. 6) como "iniciativas de educação popular criada fundamentalmente

[1] Acadêmico do 1° período do curso de Licenciatura em Letras Português da Universidade Federal do Acre/UFAC- Campus Floresta. E-mail: atailsonsl@yahoo.com

para a classe trabalhadora e não com ela, o que nos leva a pensar que eram medidas de dominação desses sujeitos para atenderem às necessidades dos governos, e não às suas próprias", ou seja, esse modelo de educação tinha o intuito apenas de alfabetizar as massas, sem haver um processo de reflexão sobre a realidade ao qual estavam inseridos. Todavia, surge posteriormente movimentos e campanhas em prol de uma educação que atendesse de fato as necessidades da população.

Desse modo, a educação de jovens e adultos é um assunto bastante discutido, já que, não é apenas um processo de alfabetização onde se aprende somente ler e escrever como anos atrás e sim um ensino crítico, pelo qual deverão ser formados cidadãos conscientes, em que sua trajetória foi marcada por movimentos daqueles que defendiam uma educação para o povo e do povo.

Assim, como as outras modalidades de ensino são de extrema importância para o desenvolvimento do indivíduo como ser consciente e crítico capaz de agir para benefício geral de uma sociedade; a educação de jovens e adultos também é, pois além de diminuir o índice de analfabetismo, o indivíduo passará a ser realmente um cidadão consciente de seus deveres e direitos, o que poderá influenciar a realidade vivida por eles, como dispor de oportunidades empregatícias, aquisição de uma estabilidade econômica e cultural.

Para fundamentar nossos argumentos utilizaremos como principal teórico Paulo Freire, que defendia e debatia em torno das problemáticas que essa modalidade de ensino enfrentava, através da pesquisa bibliográfica desenvolveremos nosso trabalho, afim de analisar pontos relevantes de sua trajetória até os dias atuais. Em vista disso, falaremos de alguns movimentos voltados para a alfabetização de jovens e adultos ao longo do percurso histórico.

2. Metodologia

O artigo em questão foi realizado como curiosidade pessoal de descobrir a trajetória da educação de jovens e adultos, tem como objetivo apresentar a trajetória

histórica da educação popular, conceituando a partir da visão de autores utilizados no referencial deste estudo, enfatizando principalmente no pensamento de Paulo Freire e para alcança-lo utiliza-se aqui uma investigação bibliográfica assim, "pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos" (GIL, 2008, p. 50). E através da leitura e análise de textos referentes à temática proposta, abordaremos qualitativamente o conteúdo discutido, já que, "esse tipo de pesquisa se fundamenta na discussão da ligação e correlação de dados interpessoais, na coparticipação das situações dos informantes, analisados a partir da significação que estes dão aos seus atos" (MICHEL, 2009, p. 37). A leitura de textos propostos por uma professora do curso que será de extrema importância para o desenvolvimento deste trabalho.

3. Teorizando o conceito de educação popular no Brasil: Uma educação para o povo

Para Brandão (2002), existem quatro posturas em relação a educação popular. A primeira concepção está ligada a uma educação não científica, primitiva e sem credibilidade, a segunda concepção visa a cultura respaldando-se nos movimentos sociais, a terceira concepção volta-se para a alfabetização de jovens e adultos na América Latina, e principalmente no Brasil tendo como referência central o educador Paulo Freire. A quarta e última concepção de educação popular é vivenciada nos dias atuais, por meio da criação de campanhas e movimentos ainda existentes na sociedade contemporânea como por exemplo o ProJovem (2005) e Proeja (2006).

Trazendo o conceito de educação popular para as ideias de Freire, podemos perceber que ele é um grande defensor de uma educação que seja atrelada a realidade dos educandos, ensino este que seja contextualizado a partir de suas vivências cotidianas, e de sua prática, proporcionando aos educandos participarem e intervirem no seu próprio processo de ensino e aprendizagem, e a partir desse viés possam ver sentido naquilo que está sendo ensinado, proporcionando assim a oportunidade de contribuírem na construção de uma nova sociedade.

No entanto, o contexto histórico da educação traz como marco uma educação de caráter autoritário voltado para o tradicionalismo, em que havia a imposição do ensino as camadas populares pelo sistema capitalista, cujas metodologias eram conservadoras e tratavam os sujeitos como objetos, processo denominado pelo autor de "coisificação do homem". Esse modelo de ensino autoritário era nomeado por Freire (1980) de "ensino bancário", em que este concebia como sendo:

> O ato de "depositar", no qual os alunos são os depósitos e o professor aquele que deposita. Em lugar de comunicar, o professor dá comunicados que os alunos recebem pacientemente, aprendem e repetem. A concepção "acumulativa" da educação (concepção bancária). Na concepção bancária da educação, o conhecimento é um dom concedido por aqueles que se consideram como seus possuidores aqueles que eles consideram que nada sabem (p.79).

Diante disso, percebe-se que Freire criticava esse modelo de educação e propunha uma nova concepção de ensino voltada para a libertação do sujeito, e a conquista da democracia. Em resposta a isso, ele participou de várias experiências e foi um grande propulsor da alfabetização de jovens e adultos objetivando uma educação contextualizada, que fizesse sentido para os participantes no processo de ensino e aprendizagem, uma vez que fossem utilizados métodos que proporcionassem a participação e o diálogo, entre educadores e educandos, dentre essas metodologias destaca-se as "palavras geradoras". Sendo assim, a proposta de alfabetização para Freire:

> Previa uma etapa preparatória de imersão do educador na realidade na qual iria atuar, destinada à pesquisa sobre a realidade existencial e a linguagem usada pelo grupo para expressá-la, carregada de significados sociais, culturais, políticos e vivenciais. A seguir eram selecionadas as palavras desse universo vocabular com maior densidade de sentido e que reunissem um conjunto variado de padrões silábicos. As palavras geradoras conformavam a base tanto do estudo da escrita e leitura como da realidade (p.24).

É neste sentido, que se iniciam os princípios de educação popular voltadas para a realidade dos educandos em seus respectivos contextos, possibilitando a

todos os alunos a participação, a reflexão, interação, e a dialogicidade entre os sujeitos, não cabendo apenas ao professor o ato de educar, uma vez que ele também aprende ao ensinar.

4. Historiando a educação de jovens e adultos: Movimentos

Como foi visto na introdução deste artigo os movimentos foram os principais responsáveis pela criação dessa modalidade de ensino, que conhecemos hoje como Educação de Jovens e Adultos (EJA). Limitaremos os movimentos da década de 60 até hoje para facilitar a compreensão de como está acontecendo este processo de alfabetização de adultos.

O primeiro movimentos que citaremos é o Movimento de Educação de Base (MEB), na qual, a iniciativa veio da igreja católica, que se conveniou com o MEC que repassava recursos para as atividades desenvolvidas pela igreja, inclusive a alfabetização de jovens e adultos, esse movimento teve início em 1961 e finalizou após o regime militar, pois estava a igreja estava sendo pressionada pelos militares, porém atualmente ainda encontra-se vestígios no interior de algumas regiões. A educação era focada na conscientização do ser, como sujeito crítico de uma sociedade. Conforme fala Raposo (1985, p. 49):

> Considerando as dimensões totais do homem. Entende-se como educação de base o processo de autoconscientização das massas, para uma valorização plena do homem e uma consciência crítica da realidade. Esta educação deverá partir das necessidades e dos meios populares de libertação, integrados em uma autêntica cultura popular, que leve a uma ação transformadora. Concomitantemente, deve propiciar todos os elementos necessários para capacitar cada homem a participar do desenvolvimento integral de suas comunidades e de todo o povo brasileiro.

Então a igreja se preocupava com a formação crítica do cidadão, para que, se libertasse do pensamento ideológico propiciado pelos dominantes e agisse na transformação da sociedade, por isso, deveria partir das necessidades e dos meios populares de libertação.

O movimento seguinte que constituiu esse processo de conquista popular por uma educação que envolvesse pessoas que não tiveram oportunidade de alfabetização na idade certa foi o Movimento Cultural popular que tinha apoio do governo da época e do educador Paulo Freire e por isso a aprendizagem ocorria dentro dos círculos de cultura por meio de debates em grupo, como é o método Freiriano que se discutia assuntos do cotidiano através de problematizações do tema, e assim os indivíduos eram alfabetizados. Como Freire (2003, p. 171) fala:

> No Círculo de Cultura, o processo educacional se amplia de tal forma que, pelo diálogo, há um crescendo criativo de novas descobertas, individuais e coletivas, que não educa o sujeito apenas para um determinado saber ou fazer. Nesse círculo se prepara para a vida crítica e sociedade e para a redescoberta do próprio ser humano como tal e como ser social, que vive em permanente contato com os seus próprios limites e com as suas potencialidades no encontro e no confronto com o outro, com quem disputa poder, mas que ao mesmo tempo, reconhecendo-se diferente, ao se relacionar, se reconhece melhor no outro e, com a ajuda dele, enxerga melhor a si mesmo e pode, por conseguinte, intervir crítica e radicalmente no contexto, no mundo em que vive.

Deste modo, os educandos aprendiam a viver na sociedade, consciente de seus deveres e direitos podendo agir nela transformando-o e não apenas ser alfabetizados. Este movimento foi extinto devido ao golpe militar em 1964 e muitos dos envolvidos foram exilados em outros países ou presos e entre eles estava Paulo Freire.

Centro Popular de Cultura é o próximo movimento, vale ressaltar que estes movimentos não aconteceram necessariamente nesta ordem e sozinhos, pois uns se cruzavam com outros em linha paralela. Este por sua vez, tinha como meta a aquisição de cultura por parte das classes baixas, então os participantes deste movimentos utilizavam de peças teatrais, música e outros meios para levar a cultura até o povo e após através de livros onde começou a alfabetização propriamente dita. Iniciou-se através da iniciativa da União Nacional dos Estudantes – UNE em 1961 e acabou em 1963 por motivo da perseguição militar.

Entre os movimentos realizados estavam também as campanhas e programas desenvolvidos para evitar o analfabetismo como a campanha de

educação popular – CEPLAR onde os métodos de Paulo Freire predominava para conscientizar as pessoas da realidade vivida que era o objetivo central: a conscientização, pois acreditava-se que:

> A conscientização é mais que uma simples tomada de consciência. Supõe, por sua vez, o superar a falsa consciência, quer dizer, o estado de consciência semi-intransitivo ou transitivo-ingênuo, e uma melhor inserção crítica da pessoa conscientizada numa realidade desmitificada. (FREIRE, 1979, p. 46).

Foi instaurado pelo governo estadual de Paraíba em 1961, porem como todos que vimos até aqui, com a ditadura militar foi extinto, pois era considerado uma campanha de métodos comunista.

Após a década de 60 os movimentos tiveram uma atenção mais significativa por parte das autoridades e no final dela em 1967 surge o movimento de maior duração da época o Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAL que foi instituído pela Lei n° 5.379 de 15 de dezembro de 1967, a situação do país era de ditadura, de imposição, porém esse movimento tinha fortes influência do método Freiriano, pois aprendia-se através das palavras geradoras, mas essas palavras não eram criadas através de discussões com educandos sobre o contexto do cotidiano, num processo construtivo de aprendizagem, elas passaram a ser dadas pelos tecnocratas, visando a aprendizagem apenas do básico, somente o que era necessário aprender. Esse movimento tinha caráter tecnicista visando o mercado, então:

> O governo não queria, de fato, educar ninguém. O que se desejava era preparar mão-de-obra para o mercado, sem espírito crítico. Como se sabe, em educação, se desvirtuamos a capacidade crítica do homem, ele não terá a motivação necessária para desenvolver sua alfabetização em 5 meses, como se propunha o programa (REFUFELS, apud NISKIER, 1989, p. 371-372)

Dentro desse movimentos existia programas que visava a profissionalização, a aprendizagem da leitura e escrita, à aquisição do vocabulário e cultura entre outras

funções, porém, tudo era muito mecânico, não aprendiam realmente, era mais uma reprodução do conhecimento, não obtinham de uma formação crítica necessária para uma vida em sociedade.

O movimento seguinte é conhecido com Fundação EDUCAR que substituiu o MOBRAL em 1985 e foi até 1990, apenas foi transferido recursos do MOBRAL para o EDUCAR, então suas intenções não diferem, proporcionava a educação de indivíduos que foram excluídos ou não chegaram na escola na idade adequada. Após seu fim surge o PNAC – Plano Nacional de Alfabetização e Cidadania, que durou apenas um ano e como diz o autor:

> O PNAC se propôs a promover e mobilizar ações de alfabetização, através de comissões municipais, estaduais e nacional, envolvendo os diversos setores interessados das esferas públicas e da sociedade civil em geral. Enquanto as comissões se mobilizaram, o governo federal assinava convênios, repassando fundos mediante critérios clientelistas e sem controle destas comissões, tanto do volume de recursos, quanto do número de projetos e a quem se destinavam. (HADDAD, 1994, p. 97)

Por conseguinte veio o Programa de Alfabetização Solidária criada no governo de Fernando Henrique Cardoso em 1997, tinha como objetivo inserir as pessoas não alfabetizada no EJA, os educadores passavam por capacitação e era uma educação reconhecida pelo MEC e após algum tempo esse programa ficou conhecido como AlfaSol e passou a ser uma organização não-governamental e até hoje esse programa se faz presente em algumas regiões do pais.

E temos também o Programa Brasil Alfabetizado, criado em 2003 durante o governo Lula, com o principal objetivo de erradicação do analfabetismo. Visava também a inclusão social das pessoas analfabetas. Envolvia a alfabetização a curto prazo, com métodos mecânicos das cartilhas por exemplo e em paralelo a esse surge o Movimento de Alfabetização de jovens e Adultos – MOVA, inspirado em Paulo Freire em 1990, visando também a erradicação do analfabetismo e inclusão social, porém, o ensino baseava-se na visão de mundo dos educandos, já com a criticidade englobada nas discussões dos temas geradores, este programa vai até

2013 em algumas localidades e foi muito relevante para a história do analfabetismo do pais, pois conseguiu alfabetizar mais de 200 mil pessoas.

5. Considerações Finais

A educação de jovens e adultos foi um direito conquistado pela população a custo de muito trabalho, lutas e hoje vemos que ainda está muito presente na sociedade, contribuindo para que aquelas pessoas que não tiveram a oportunidade de estudar na idade certa, por motivos variados como necessidade de trabalhar para ajudar nas despesas familiares, outras vezes por falta de desinteresse, possam está tentando recupera o tempo perdido.

Quando vemos idosos estudando, percebemos que o esforço, que as lutas que foram travadas pela população no passado valeram apena. E atualmente as pessoas que se alfabetizam nesta modalidade de ensino realmente aprendem, apesar de ter as dificuldades da vida, já que se trata de adultos, pessoas que trabalham o dia inteiro e estudam a noite.

6. Referencias

BRASIL, Cristiane Costa**. História da alfabetização de adultos**: de 1960 até os dias de hoje. UCB. Disponível em: https://www.ucb.br/sites/100/103/TCC/12005/CristianeCostaBrasil.pdf. Acesso em: 13 nov. 2015.

BRASIL. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: nº 9394/96. Brasília: 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 28 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

FREIRE, Paulo. **Consciência e educação**. São Paulo: Cortez, 1979.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. - 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

HADDAD, Sérgio; DI PIERRO, Maria Clara. **Diretrizes da Política Nacional de Educação de Jovens e Adultos** - Consolidação de documentos 1985/1994 São Paulo, 1994.

MICHEL, Maria Helena. Metodologia e pesquisa cientifica em Ciências sociais. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009

NISKIER, Arnaldo. **Educação brasileira**: 500 anos de história, 1500-2000.7. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1989.

RAPÔSO, Maria da Conceição Brenha. **Movimento de Educação de Base – MEB:** Discurso e Prática, 1961 – 1967. São Luís, UFMA/Secretaria de Educação. Coleção Ciências Sociais. Série Educação, 1; 1985. Disponível em: https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/9123. Acesso em: 13 nov. 2015.